



HORIZONTES DERRADEIROS: Desafios para a preservação da paisagem cultural do espaço cemiterial moderno

OLIVEIRA, LEONARDO (1)

1. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura.
Rua Sarmento Leite, 320/202, Porto Alegre-RS. arq.leonardo.oliveira@gmail.com*

RESUMO

O primeiro e único cemitério construído no Plano Piloto de Brasília foi projetado por Lucio Costa e representa um elemento fundamental da configuração da escala bucólica da cidade. Originalmente alcunhado de cemitério sul e posteriormente batizado de Campo da Esperança por Juscelino Kubitschek, hoje esse espaço moderno, ainda pouco investigado, apresenta desafios para a sua preservação, dos quais este estudo pretendeu se ocupar. Para tanto, foram reunidos e analisados, de modo inédito: desenhos originais obtidos no Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF; fontes de pesquisa primárias encontradas no acervo digital do Instituto Antônio Carlos Jobim; informações coletadas em matérias jornalísticas publicadas na década de 1960 no Correio Braziliense (CB), o primeiro jornal fundado em Brasília, disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira; e registros fotográficos associados a desenhos técnicos elaborados pelo autor. Verificou-se que aqueles desafios, relacionados a questões de ordem cultural e social, entravam a preservação da paisagem cultural – expressão da identidade típica influenciada ou moldada pela participação humana – do Campo da Esperança. Alguns caminhos possíveis para a atenuação desse problema envolvem a identificação do valor imaterial dessa paisagem; o aprimoramento da capacitação dos administradores desse espaço; e o investimento na educação e conscientização da comunidade local no sentido de enfatizar a importância da preservação do patrimônio público.

Palavras-chave: Arquitetura moderna; Lucio Costa; Brasília; Cemitério.



Introdução, contextualização do problema e marco histórico-teórico

Durante o século XIX, a partir da ascensão do discurso médico higienista na Europa, a higiene passou a ser entendida como uma ciência moderna¹ e os tratados públicos relacionados a esse tema começaram a determinar regras para a construção das novas áreas urbanizadas. No âmbito desse debate, instaurado em uma época marcada por epidemias, estava o movimento de marginalização do espaço cemiterial nas configurações urbanas, pois acreditava-se que afastar os cemitérios das zonas habitadas salvaguardaria os vivos das doenças supostamente trazidas pelos mortos. Tal movimento despontou nos cemitérios europeus e foi posteriormente verificado no Brasil, de modo que na segunda metade do século XX o arquiteto e urbanista Lucio Costa (1902-1998) situou o primeiro e único cemitério construído no Plano Piloto na extremidade sul da sua proposta urbanística, apresentada ao júri do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital (1956).

Esse cemitério, também projetado por Costa, apresenta hoje desafios que se impõem à preservação dos seus atributos particulares, a qual deve ser associada a uma adequação às demandas contemporâneas, configurando uma questão comum a outros espaços modernos. Como aponta a arquiteta paulista Nelci Tinem (*in memoriam*), o objetivo último do ideário arquitetônico moderno era ser flexível o suficiente para se adequar aos novos tempos (2009, p. 37) considerando usos presentes e reúsos futuros. Nas últimas décadas, essa preocupação – a de preservar e, concomitantemente, reutilizar tais espaços – tem sido traduzida por meio do enfoque dado à reflexão sobre esse patrimônio. No cerne dessa discussão, que não deixou de ser atual, pergunta-se: quais os desafios contemporâneos para a preservação do espaço cemiterial moderno?

Frente à atual pandemia provocada pela Covid-19, imagens de paisagens cemiteriais – pensadas enquanto extensões de territórios apreendidas pelo olhar – têm sido veiculadas em meios de comunicação explicitando a função prática dos cemitérios. Tão legítima quanto esse tipo de paisagem é a categoria, que será considerada neste estudo, referente à expressão paisagem cultural, que, segundo o arqueólogo P. J. Fowler (1936-), foi provavelmente criada no âmbito acadêmico no início do século XX. Tanto esta como a ideia particular nela contida foram difundidas pelo geógrafo americano e professor emérito da Universidade da Califórnia, Berkeley, Carl Ortwin Sauer (1889-1975), bem como pelos pesquisadores da área de geografia dessa instituição, nas décadas de 1920 e 1930² (2003, p. 18).

1 Conforme apontou o médico francês Jules Eugène Rochard (1819-1896) no primeiro tomo da *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*, publicado em 1890: “[...] l’hygiène telle qu’on la comprend aujourd’hui est une science moderne.” (p. 1).

2 “‘Cultural landscape’ as a term was apparently invented in academia in the earlier 20th century. The term, and a particular idea it embraced, were promoted by Professor Carl Sauer and the Berkeley School of human geographers in the USA in the 1920s and ‘30s.”.



Na World Heritage Convention de 1992, a UNESCO enquadrando a paisagem cultural como uma categoria específica do patrimônio cultural e elaborou diretrizes operacionais que visam a facilitar a implementação desta convenção no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural e natural mundial. O Anexo 3 dessas diretrizes contém quatro definições daquela expressão; destas, duas interessam à presente investigação: 1) são propriedades culturais que representam “obras combinadas da natureza e do homem” ilustrativas da evolução da sociedade humana e dos assentamentos ao longo do tempo, sob a influência de fatores físicos e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural e de sucessivos aspectos sociais, econômicos e forças culturais externos e internos³; 2) abrange uma diversidade de manifestações da interação entre a humanidade e seu ambiente natural⁴. As paisagens culturais se enquadram em três categorias principais; a que será considerada aqui é a primeira, mais facilmente identificável, que se refere às paisagens projetadas e criadas intencionalmente pelo homem, o que abrange paisagens de jardins e parques frequentemente (mas nem sempre) associados a edifícios ou outros conjuntos edilícios religiosos⁵ (UNESCO, 2019, p. 83).

No sentido de contribuir para a compreensão da ideia contida naquela expressão, também cabe destacar o esclarecimento de Simone Scifoni (2016), geógrafa e docente do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, que aponta que

Inicialmente o que a define é a sua escala de abrangência: a paisagem cultural diz respeito à determinada porção espacial ou recorte territorial. A paisagem cultural é entendida, assim, sempre como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente.

Portanto, paisagem cultural é aqui entendida como uma relação estabelecida entre a natureza e o ser humano materializada nos espaços por ele construídos ou ocupados em um determinado território, onde podem se desenvolver atividades socioculturais que estabelecem uma identidade típica destes e que deve ser preservada de alguma forma, tarefa que cabe às comunidades locais e aos gestores públicos das regiões que contêm tais paisagens. De acordo com Charles A. Birnbaum, fundador e presidente da The Cultural Landscape Foundation (TCLF)⁶, o planejamento, o tratamento e a manutenção de paisagens culturais requerem uma abordagem multidisciplinar; no caso de paisagens cemiteriais, as comunidades locais

3 “Cultural landscapes are cultural properties and represent the ‘combined works of nature and of man’ designated in Article 1 of the Convention. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.”

4 “The term ‘cultural landscape’ embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment.”

5 “The most easily identifiable is the clearly defined landscape designed and created intentionally by man. This embraces garden and parkland landscapes constructed for aesthetic reasons which are often (but not always) associated with religious or other monumental buildings and ensembles.” (grifo do autor).

6 Trata-se de uma organização sem fins lucrativos fundada em Washington, D.C. em 1998 que visa à educação e ao envolvimento das populações em geral para tornar os patrimônios paisagísticos compartilhados mais visíveis, bem como identificar o valor e capacitar os administradores destes (TCLF, 2021).



envolvidas presumem um senso de administração, que, se realizada sabiamente, protege o caráter desses lugares por meio do reconhecimento da história como mudança ao longo do tempo. Para Birnbaum, entre os potenciais benefícios da preservação de paisagens culturais, que oferecem oportunidades cênicas, econômicas, ecológicas, sociais, recreativas e educacionais, está a possibilidade de estas ajudarem os seres humanos a se compreenderem como indivíduos, comunidades e nação. Essa preservação, se realizada de modo continuado, pode proporcionar um aprimoramento da qualidade da vida humana de modo geral e, sobretudo, um sentido de lugar ou uma identidade para gerações futuras⁷ (1994, p. 19).

Fato é que as paisagens, se compreendidas desde o ponto de vista da geografia, contêm aspectos perceptíveis do espaço geográfico. Este estudo compreende o espaço não neste sentido, mas de acordo com o pensamento do historiador francês Michel de Certeau (1925-1986), que faz uma distinção entre espaço (*espace*) e lugar (*lieu*): enquanto este representa a ordem de acordo com a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência e, portanto, uma configuração instantânea de posições que implica uma indicação de estabilidade⁸, aquele existe quando são levados em consideração fatores como direção, velocidade e tempo; assim, o espaço é composto de interseções de elementos móveis⁹ ([1984] 1988, p. 117). Logo,

O espaço ocorre como o efeito produzido pelas operações que o orientam, situam, temporalizam e fazem funcionar em uma unidade polivalente de programas conflituosos ou proximidades contratuais. Nessa visão, em relação ao lugar, o espaço é como a palavra quando é falada [...]. Em suma, o *espaço é um lugar praticado*.¹⁰

Nessa perspectiva, os espaços cemiteriais envolvem a ação direta e indireta de diversos agentes (poder público, empresas concessionárias, funcionários, usuários etc.) e são resultados de transformações cotidianas. Os cemitérios horizontais¹¹, embora resguardem a função prática de enterrar restos mortais humanos, também devem promover sensações de reflexão, religiosidade e introspecção e viabilizar os cultos

7 "The planning, treatment, and maintenance of cultural landscapes requires a multi-disciplinary approach. In landscapes, such as parks and playgrounds, battlefields, cemeteries, village greens, and agricultural land preserves more than any other type of historic resource – communities rightly presume a sense of stewardship. [...] Wise stewardship protects the character, and or spirit of a place by recognizing history as change over time. Often, this also involves our own respectful changes through treatment. The potential benefits from the preservation of cultural landscapes are enormous. Landscapes provide scenic, economic, ecological, social, recreational and educational opportunities that help us understand ourselves as individuals, communities and as a nation. Their ongoing preservation can yield an improved quality of life for all, and, above all, a sense of place or identity for future generations." (grifo nosso).

8 "A place (lieu) is the order (of whatever kind) in accord with which elements are distributed in relationships of coexistence. [...] A place is thus an instantaneous configuration of positions. It implies an indication of stability."

9 "A space exists when one takes into consideration vectors of direction, velocities and time variables. Thus space is composed of intersections of mobile elements." (grifo do autor).

10 Do original: "Space occurs as the effect produced by the operations that orient it, situate it, temporalize it and make it function in a polyvalent unity of conflictual programs or contractual proximities. On this view, in relation to place, space is like the word when it is spoken [...]. In short, space is a practiced place." (grifo do autor).

11 São aqueles localizados em áreas descobertas e podem compreender os modelos tradicional (que possui construções tumulares como mausoléus, monumentos, esculturas etc.) e/ou parque/jardim; este, predominantemente recoberto por jardins e isento de construções tumulares, possui sepulturas identificadas por uma lápide ao nível do chão com pequenas dimensões (CONAMA, 2003, p. 98).



e rituais funerários, imprescindíveis para a elaboração do luto¹². Todos esses fatores somados seriam, portanto, os aspectos mencionados por Certeau que caracterizam o espaço.

Indissociável da noção de espaço enquanto “um lugar praticado” é a arquitetura, arte que envolve o planejamento de atividades humanas tendo em vista pormenores funcionais, técnicos, construtivos, estéticos, simbólicos, históricos, sociais, culturais e outros. Compreendidos desde o ponto de vista arquitetônico ou tipológico, cemitérios são equipamentos públicos comunitários de infraestrutura urbana; tratando-se do cemitério horizontal, a tipologia mais comumente adotada nos cemitérios públicos brasileiros, pode-se pensá-los ainda como parques, jardins e até exemplares de arquitetura paisagística. Nesse caso, os aspectos perceptíveis de tais espaços abertos são contidos nas paisagens culturais cemiteriais, expressões de identidades típicas influenciadas ou moldadas pela participação humana, narrativas que relatam diversas e sucessivas camadas temporais.

Isto posto, questiona-se: onde o cemitério horizontal se situa no movimento moderno da arquitetura? Possivelmente não na obra do arquiteto franco-suíço Le Corbusier (1887-1965): no texto *La construction des villes*, escrito entre 1910 e 1911, o arquiteto estruturou o seu pensamento a respeito do tema do “verde” na cidade por meio de algumas ideias, entre as quais estava a dos “elementos constituintes”; embora tenha considerado os cemitérios como um destes, o autor não chegou a examinar essa tipologia com profundidade. Talvez o tenha feito apenas quando tratou do cemitério de Osterholz, em Bremen, ao investigar o tema dos jardins, analisando também as contribuições do botânico alemão August Grisebach (1814-1879), especificamente no que diz respeito à concepção do parque de Hamburgo (CARLOS, 2013, p. 18-20). Ademais, apesar de ter projetado e construído o túmulo da esposa¹³, Yvonne Le Corbusier (1892-1957), no cemitério da comuna francesa Roquebrune-Cap-Martin, o arquiteto não planejou cemitérios: nos seus dois planos teóricos e amiúde considerados como utopias urbanas, *Ville Contemporaine* (1922) e *Ville Radieuse* (1931), não foram previstos espaços cemiteriais, fato observado pela escritora e jornalista belga Yvonne Jean (1911-1981), que, em uma matéria jornalística publicada em 3 de agosto de 1966 no *Correio Braziliense*, escreveu que Le Corbusier (que havia morrido no ano anterior) realizara inúmeras e detalhadas pesquisas

12 O processo do luto, definido pelo psicanalista austríaco Sigmund Freud (1856-1939), de modo geral, como a reação à perda de um ente próximo, é necessário ao desenvolvimento humano; resistir ou pular etapas pode prolongar a aflição emocional e acarretar traumas: “[...] embora o luto envolva graves afastamentos daquilo que constitui a atitude normal para com a vida, jamais nos ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica e submetê-lo a tratamento médico. Confiamos em que seja superado após certo lapso de tempo, e julgamos inútil ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele.” (do original: “*Trauer ist regelmässig die Reaktion auf den Verlust einer geliebten Person [...] dass es uns niemals einfällt, die Trauer als einen krankhaften Zustand zu betrachten und dem Arzt zur Behandlung zu übergeben, obwohl sie schwere Abweichungen vom normalen Lebensverhalten mit sich bringt. Wir vertrauen darauf, dass sie nach einem gewissen Zeitraum überwunden sein wird, und halten eine Störung derselben für unzweckmässig, selbst für schädlich.*” (FREUD [1917], 1946, p. 428-429).

13 A linguagem formal deste lembra a produção arquitetônica da primeira fase de Le Corbusier, resumida a formas geometrizadas e destituídas de ornamentação. Destacam-se a inserção de elementos naturais (plantas mediterrâneas e conchas) na construção e a paisagem da baía de Roquebrune ao fundo.



sobre a Ville Radieuse, examinando todas as facetas do problema, mas esquecera-se tão somente de um pormenor: o cemitério.

No panorama brasileiro, alguns arquitetos se incumbiram da tarefa de conceber construções tumulares e espaços cemiteriais, com destaque para: as duas sepulturas projetadas pelo arquiteto paulista Rino Levi (1901-1965) e construídas no cemitério São Paulo na década de 1930; o mausoléu da família Odebrecht projetado em 1958 pela arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi (1914-1992), o qual jaz no cemitério Campo Santo, Salvador; e a proposta, que data da década de 1960, dos paulistas Eduardo Kneese de Mello (1906-1994) e Sidney de Oliveira (1936-2018) para o cemitério Vila Paulicéia. Mello e Oliveira, além de sugerirem a construção de túmulos feitos de tubos pré-fabricados de concreto centrifugado, propuseram que estes fossem “rigorosamente iguais”, já que

Os cemitérios tradicionais apresentam um aspecto que nos parece errado e que procuramos evitar neste projeto. As sepulturas retratam as condições financeiras do morto e variam assim, desde a cova rasa (sic) até as construções monumentais e ostentosas de mármore ou bronze. (MELLO; OLIVEIRA, 1969, p. 24).

Pensando o espaço cemiterial como parque, jardim ou exemplar de arquitetura paisagística, outro caminho que poderia ser seguido a fim de situar o cemitério na arquitetura moderna traça-se no debate, paralelo à concepção de Brasília, sobre a questão da paisagem (não cultural), que se ampliava no âmbito do movimento moderno: no livro *Modern Architecture in Brazil* (1956), o arquiteto Henrique Ephim Mindlin (1911-1971) classifica a produção referente àquela arquitetura realizada entre 1937 e 1955 em quatro grupos de atividades; o último diz respeito aos projetos vinculados à paisagem. Nessa seção do livro, o autor apresenta projetos dos paisagistas Carlos Perry e Roberto Burle Marx elaborados entre 1944 e 1954¹⁴, período que, no quadro do paisagismo brasileiro, corresponde à transição da linha projetual paisagística eclética para a moderna. Neste momento, como aponta o arquiteto Silvio Soares Macedo (*in memoriam*), observou-se que, na medida em que a modernização cultural do país avançava, novos projetos para espaços públicos passaram a ser gestados de outro modo e para novos usos (1999, p. 54). Em geral, esta linha projetual tem como característica básica o abandono de qualquer referência aparente do passado imediato, possuindo programas de usos diversificados ainda com influência europeia. A denominação moderna para essa nova forma de projeto está vinculada ao caráter de ruptura, marca também presente no urbanismo de Lucio Costa (Ibidem, p. 17-18).

14 Desconsiderando os dois primeiros estudos de Burle Marx apresentados por Mindlin (a praça Arthur Oscar (Pernambuco, 1936) e o jardim residencial de Antônio Leite Garcia (Rio de Janeiro, 1942), que ainda apresentam características do início da obra do paisagista (MINDLIN, 1956, p. 239).



As diretrizes projetuais originais do cemitério sul/Campo da Esperança

Escusado será dizer que, além de Chandigarh, cujo projeto urbanístico fora elaborado em 1951 pelo próprio Le Corbusier, Brasília foi a outra cidade plenamente configurada e construída com base nos princípios da Carta de Atenas, manifesto elaborado durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Grécia, 1933) que lançou as bases para o urbanismo moderno do século XX. Em um texto avulso escrito na década de 1980, Costa listou os quatro “ingredientes” da concepção de Brasília, estando as ideias de Le Corbusier – especificamente a Ville Radieuse – entre eles¹⁵. As características formais que determinaram a configuração urbanística do Plano Piloto estavam alinhadas não só com a Carta de Atenas, mas com as aspirações do programa de metas do governo Kubitschek, que visava à modernização e ao desenvolvimento do país e representava, aos olhos dos envolvidos na construção da nova capital, a garantia do progresso e o nascimento de uma nova era brasileira. Como aponta o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) em um pequeno texto intitulado *Des espaces autres*, escrito na Tunísia sete anos depois da inauguração de Brasília, os cemitérios ocidentais adquiriram feições completamente diferentes a partir do século XIX, quando se passou a expurgá-los para as margens das cidades ([1984] 2013, p. 118). No século seguinte, Costa reproduziu esse afastamento situando o cemitério sul na extremidade oeste de uma das asas do Plano Piloto talvez não pela mesma justificativa de outrora, mas possivelmente porque, para o arquiteto, o significado do espaço cemiterial era incompatível com as ideias de desenvolvimento, progresso e nova era almejadas na concepção de Brasília. De qualquer modo, as diretrizes gerais que nortearam a arquitetura desse cemitério foram determinadas no item n. 19 do *Relatório do Plano Piloto* (1957):

Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação. (COSTA [1957], 1991, p. 13).

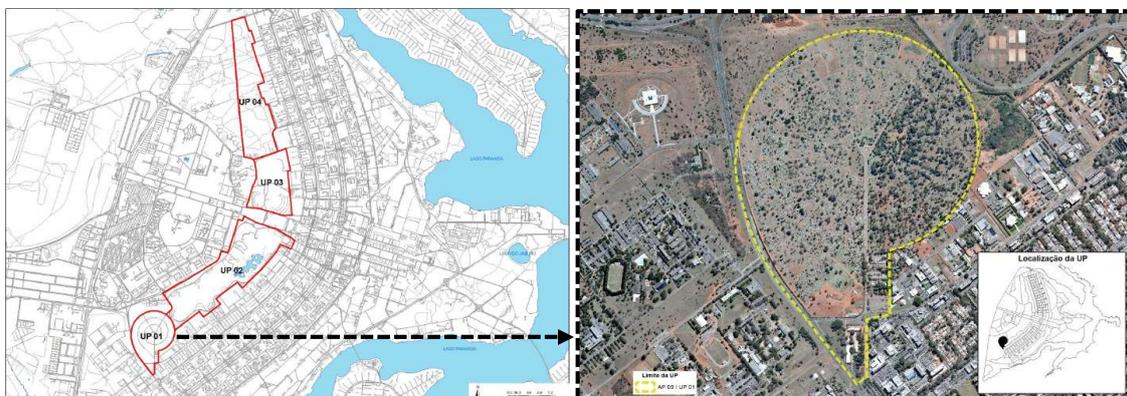


Figura 01. Localização do cemitério sul/Campo da Esperança no Plano Piloto de Brasília (UP 01).

Fonte: Adaptado de GDF, 2017, p. 1-2.

15 Do original: “[...] Quatre ‘ingrédients’ ont contribué au plan de Brasília: [...] Les idées de Le Corbusier, – ville radieuse, ville verte. [...]” (COSTA, 1980-1989. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3489>>. Acesso em: 10 maio 2021.).



O cemitério, as sepulturas e as lápides “à maneira inglesa” provavelmente remetem ao modelo do *lawn cemetery*, configurado sob a forma de grande relvado onde as pequenas placas funerárias ainda são perceptíveis, o qual passou a ser dominante na Inglaterra a partir do século XX (ARIÈS [1977], 2014, p. 718-719). A renúncia à “ostentação” – que, nos modelos de cemitérios que antecederam esse século, era materializada por meio dos mausoléus verticalizados de grandes dimensões – está relacionada a uma das características fundamentais da arquitetura moderna: o abandono de qualquer referência aparente do passado imediato; a fim de evitá-la, Costa impôs um gabarito padronizado para a construção das sepulturas, que não deveriam ultrapassar 40 cm de altura (FINADOS..., 1960, p. 1). Manter um gabarito padrão seria, portanto, o traço diferenciador desse cemitério, similarmente ao que o arquiteto almejou para a própria cidade dos vivos: em um texto avulso sobre urbanismo e paisagismo que trata de algumas determinações para a preservação de Brasília, Costa recomendou a manutenção dos gabaritos vigentes nos dois eixos e nos entornos diretos destes, enfatizando que tal questão era de ordem fundamental¹⁶. Essa recomendação consta igualmente no documento *Brasília Revisitada* (1987), Anexo do Decreto n. 10.829/87, e no Art. 9º, § 3º, da Portaria n. 314/92 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O cemitério sul foi inaugurado em 1959, quando foram enterrados os corpos do engenheiro agrônomo carioca Bernardo Sayão (1901-1959) e do seu motorista, Benedito Segundo, que sofrera um infarto ao saber da morte do patrão (NOVACAP, 1959, p. 3; KUBITSCHKE, 2000, p. 228). Kubitschek compareceu à primeira missa dos mortos da cidade, em 2 de novembro de 1960, para prestar homenagem a Sayão; na ocasião, sugeriu que esse cemitério fosse chamado de Campo da Esperança (JUSCELINO..., 1960, p. 6), onde, nesse dia, havia dezoito sepulturas, entre elas a do Padre Primo e de dois funcionários da Câmara dos Deputados, Murilo Benevides e José Severino, além da sepultura de Sayão, cujo túmulo, que havia sido projetado por Costa, começaria a ser construído no mês seguinte (TÚMULO..., 1960, p. 3).

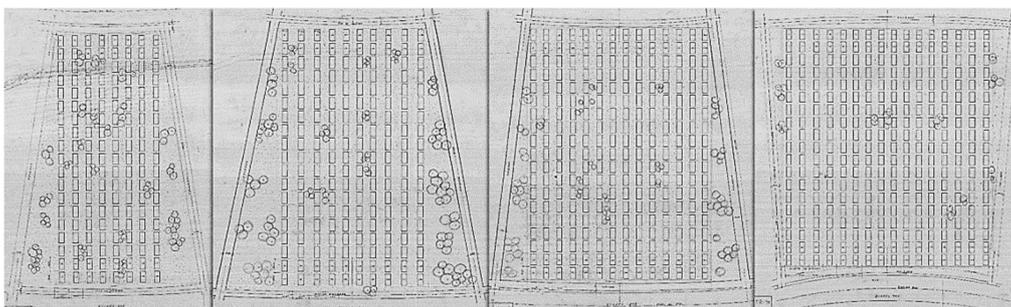


Figura 02. Desenhos das quadras 602, 502, 402 e 302 do Campo da Esperança. Projeto original de Lucio Costa. Desenhos de Naldo e Ricardo.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

¹⁶ O texto diz originalmente: “Manter os gabaritos vigentes nos dois eixos e em seu entorno direto – isto é fundamental. Brasília, a capital, deverá manter-se diferente de todas as demais cidades do país: não terá apartamentos em edifícios altos; o gabarito residencial não deverá ultrapassar os 6 pavimentos iniciais sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador.” (grifo nosso) (COSTA, s/d. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4239>>. Acesso em: 10 maio 2021.).



Inicialmente, foi previsto que o Campo da Esperança seria circundado por uma cerca viva definitiva. A vegetação existente no terreno deveria ser conservada quando se tratasse de árvores fornecedoras de sombra e os arbustos menores deveriam ser retirados (CEMITÉRIO..., 1960, p. 6); futuramente seriam plantadas casuarinas e palmeiras nas alamedas (FINADOS..., 1960, p. 6), que teriam formato circular, configurando o espaço cemiterial de maneira que todas as ruas convergissem para a área central. Haveria três setores, denominados de letras “A”, “B” e “C”, que seriam formados por quadras comuns e especiais, além de áreas destinadas a cerimônias funerárias e zonas reservadas ao ossuário.

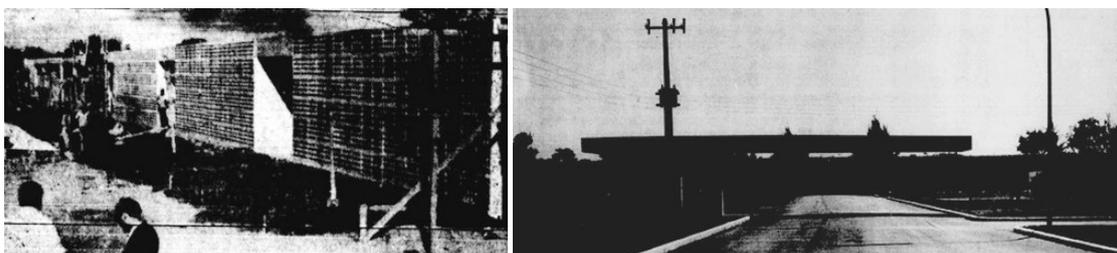


Figura 03. Capelas funerárias sendo construídas e portão de entrada concluído na década de 1960.
Fonte: Correio Braziliense, 1960 e 1969.

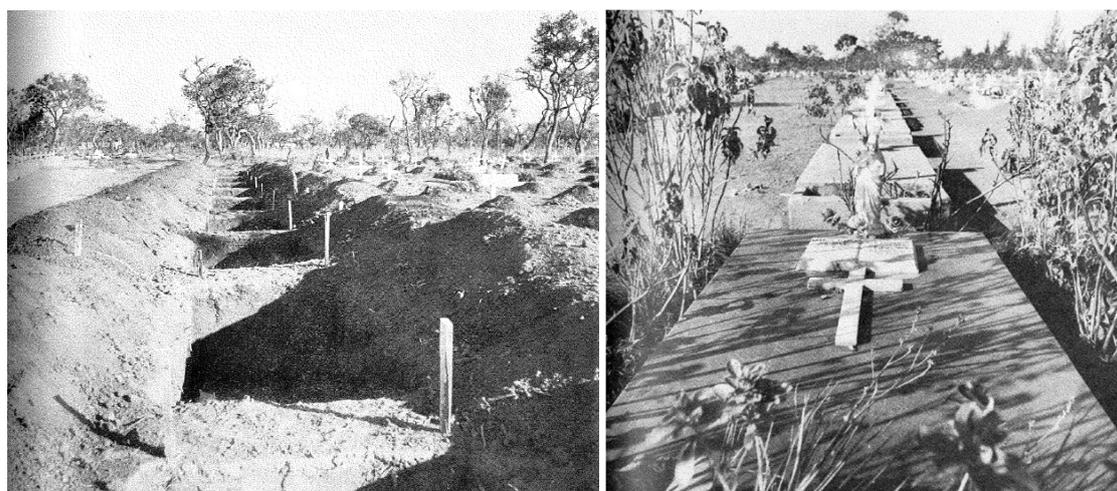


Figura 04. Covas abertas e túmulos construídos respeitando o gabarito padrão determinado por Lucio Costa.
Fonte: VALLADARES, 1972, p. 251-253.

As sepulturas seriam construídas em lotes de 3x3 m e não poderiam comportar mais que três corpos; as cruzes, elementos comumente conjugados a sepulturas, não deveriam exceder a altura de 70 cm (CEMITÉRIO..., 1960, p. 6). Seriam construídas vinte capelas funerárias, cada uma com: 165 m² de área; dois jardins (um de frente e outro de fundo); uma sala de velório; uma sala de guarda do caixão funerário; instalações sanitárias; e um terraço. Os velórios deveriam ser realizados nessas capelas e não mais nas residências, o que era um hábito comum nas épocas anteriores ao século XX. Costa também orientou que

[...] com exceção das campas, lápides, pedras e cruzes especificadas não serão permitidas esculturas nem quaisquer formas de arquitetura funerária tais como mausoléus monumentos, etc. Inclui-se nesse dispositivo as chamadas “quadras especiais” em que



O Campo da Esperança é um elemento fundamental da escala bucólica¹⁷ de Brasília e integra, juntamente com o Parque Dona Sarah Kubitschek (Parque da Cidade)¹⁸, um colchão de amortecimento para a área do Plano Piloto. Além desse atributo de configuração urbana do cemitério, referente à sua característica de espaço aberto, outros dois podem ser destacados: o primeiro diz respeito ao tecido (malha/parcelamento do solo/cheios e vazios), pois o desenho da sua planta se desenvolve a partir de uma via principal em formato de “Y”, de onde partem vias locais que acompanham uma forma espiral; o segundo refere-se às edificações nele construídas (valor histórico/volumetria/linguagem/composição/usos), já que no espaço cemiterial há capelas – projetadas pelo arquiteto paraibano Glauco de Oliveira Campello (1934-), as quais datam de 1961 e permitem rituais funerários de qualquer orientação religiosa – e um quiosque para a venda de flores, cujo projeto é de Niemeyer, no entorno imediato do cemitério e próximo à entrada deste. De acordo com a Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (PURP) n. 52, o cemitério (que está localizado na Unidade de Preservação 1), as capelas e o quiosque devem ser preservados (GDF, 2017, p. 3).

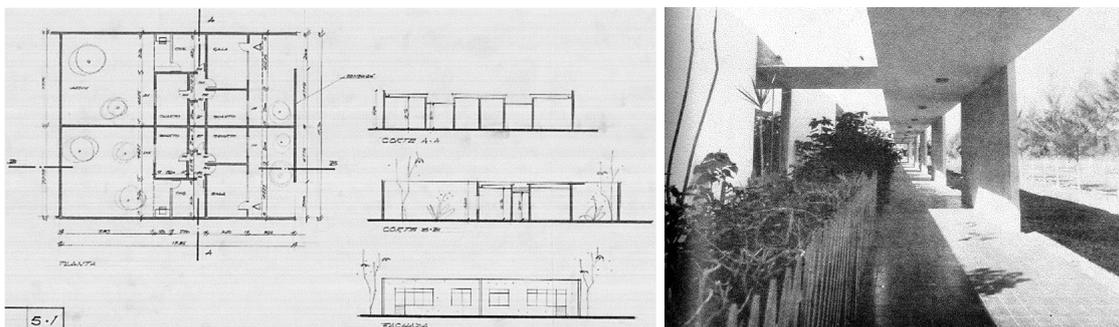


Figura 06. Projeto de Glauco Campello para as capelas do Campo da Esperança.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal; VALLADARES, 1972, p. 249.

Desafios para a preservação da paisagem cultural do cemitério Campo da Esperança e alguns caminhos possíveis

Alguns desafios que entravam a preservação de paisagens culturais cemiteriais poderiam ser apontados não só no Campo da Esperança, mas em outros cemitérios brasileiros. Este estudo irá tratar brevemente de três, que estão diretamente relacionados entre si: o descaso, abandono e vandalismo. De fato, o descaso dos gestores e das comunidades locais para com a manutenção do espaço cemiterial (e, conseqüentemente, da

17 Entre as quatro escalas urbanas propostas por Costa na configuração do Plano Piloto, a bucólica é representada pelas áreas mais rarefeitas, com poucas edificações e cercadas por vegetação, e determina os parâmetros de uso e ocupação do solo nessas áreas, onde são imperativos taxas de ocupação e gabaritos baixos (Instituto Antônio Carlos Jobim, 2021. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/90>>. Acesso em: 14 maio 2021.).

18 Fundado em 11 de outubro de 1978, o parque está situado ao longo de toda a Asa Sul e possui em torno de 420 hectares. O projeto arquitetônico é de Niemeyer; a obra paisagística, de Burle Marx; e a área urbanística foi desenvolvida por Costa (GDF, 2021).



paisagem cultural que o contém) leva ao abandono deste, ampliando a possibilidade de que ocorra a prática do vandalismo (que, de acordo com o Art. 163 do Código Penal Brasileiro, configura um crime). Desafortunadamente, cemitérios horizontais não são os únicos espaços abertos com grande propensão a esse tipo de ato no Brasil, tampouco o descaso e o abandono pelo poder público são aspectos verificados apenas neles; não é infrequente observar sinais de depredação, que se associam à ausência de manutenção, no mobiliário urbano – desde bancos a postes de sinalização e iluminação – de parques e praças, questões que influenciam negativamente a ocupação desses espaços. Sabe-se que uma possível resolução para tal problema, presumivelmente de ordem cultural, envolveria investimentos na educação e conscientização das comunidades locais no sentido de alumiar a importância da preservação do patrimônio público. Embora essa resolução fuja da alçada da arquitetura, o processo de investigação e produção do conhecimento pode contribuir, mesmo que modestamente, para que ela seja alcançada.



Figura 07. Manchetes de matérias jornalísticas veiculadas no Distrito Federal entre 1964 e 1969.

Fonte: Correio Braziliense, 1964, 1966, 1967, 1968 e 1969.

Nos primeiros anos após a inauguração de Brasília, matérias jornalísticas veiculadas no Distrito Federal já apontavam os problemas relacionados ao espaço e à paisagem cultural do Campo da Esperança. Mais de meio século após aquela inauguração, parece não ter havido iniciativas que indiquem uma guinada, o que evidenciaram não apenas matérias jornalísticas impressas e reportagens televisionadas divulgadas nos anos mais recentes, mas auditorias realizadas pelo Controladoria-Geral do DF e uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos cemitérios, conduzida pela Câmara Legislativa do DF em 2008.



Figura 08. Manchetes de matérias jornalísticas veiculadas no Distrito Federal entre 2009 e 2017.
Fonte: Correio Braziliense, 2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2017; Jornal de Brasília, 2012 e 2013.

Em *Arquiteturas do abandono* (2010), o arquiteto brasileiro Eduardo Rocha apresenta o cemitério como um exemplo de “arquitetura abandonada” do tipo institucional. Para ele, a

Arquitetura do abandono nasce debilitada, pois já é projetada pela negação, e por si só constrói-se melancólica, por pensamento e sentido. Esse lugar abandono hospeda mais abandonos [...]. A arquitetura do abandono provocadora de um estado melancólico, lugar do cinza, do sombrio. Tomado na cidade como veneno leva à introspecção, ao encurvamento, à ruína, à queda dos pedaços, jogados como fragmentos. É preciso esconder esses lugares ou quem sabe suicidá-los – sob tapumes, atrás de muros. Arquiteturas que quase não falam, introspectivas. (ROCHA, 2010, p. 130-131).

Com efeito, a arquitetura cemiterial tacitamente estimula no indivíduo o ato da introspecção, confrontando-o com a possibilidade da própria morte, mas também proporciona interações humanas, rituais funerários e outras atividades que contribuem para a elaboração do processo do luto. Se, como define Certeau, o espaço é composto de interseções de elementos móveis e existe quando há fatores como direção, velocidade e tempo, o espaço cemiterial somente adquire significado a partir: do uso que os indivíduos fazem dele; da interatividade social que nele ocorre; da justaposição das ideias de presente, passado e futuro; e, sobretudo, quando há o corpo humano em cena. Esse significado, social e culturalmente construído, determina usos e atividades que, por sua vez, moldam a paisagem cultural. Se esta revela sinais de descaso, abandono e vandalismo (e, portanto, ausência de preservação), é provável que o estabelecimento do vínculo entre espaço e indivíduos seja prejudicado ou impossibilitado, interferindo no desenvolvimento de atividades socioculturais e na convivência humana nesse espaço.

Poder-se-ia dizer que o grau de abandono de um espaço público é inversamente proporcional ao interesse dos usuários de ocupá-lo, e que a inexistência de manutenção promove a percepção de que não existe uma política pública ou códigos de conduta para o uso desse espaço, o que pode ensejar a prática do vandalismo. No caso dos espaços cemiteriais, túmulos quebrados e elementos ou objetos simbólicos – flores, velas, crucifixos, terços – furtados transmitem as ideias de negligência e insegurança, podendo encorajar o



rompimento de códigos de conduta, pois, se não há a manutenção do espaço, presume-se que nele não há observância¹⁹. A cada novo ato de vandalismo, tal ideia é ampliada e intensificada, culminando em um conjunto de avarias que vilipendiam a história, a paisagem cultural e as atividades que se desenvolvem nos cemitérios. É possível que, ao salvaguardar a conservação desses espaços, reparando rapidamente o que foi depredado, haja a tendência de que eles sejam preservados. Portanto, manter a regularidade da manutenção dos espaços cemiteriais e dos elementos nele inseridos podem configurar uma estratégia para inibir o vandalismo e, conseqüentemente, engendrar as sensações de zelo, segurança e responsabilidade, potencialmente fortalecendo os vínculos entre espaço e indivíduos e tornando-o mais significativo social e culturalmente.



Figura 09. Registros fotográficos que representam alguns desafios contemporâneos impostos à preservação da paisagem cultural do Campo da Esperança: abandono, descaso, vandalismo e furto de elementos simbólicos.

Fonte: Acervo do autor; SILVA, 2019, p. 509.

As paisagens culturais cemiteriais são moldadas pela participação humana e frequentemente envolvem a presença daqueles elementos simbólicos. Flores são geralmente oferecidas aos mortos a fim de homenageá-los ou presenteá-los, configurando um hábito cultural²⁰ no Ocidente (embora provavelmente não seja restrito a ele) que integra o conjunto de práticas dos rituais funerários e, conseqüentemente, relaciona-se ao modo como o indivíduo elabora o luto. Conjectura-se que, na Grécia Antiga, oferendas de flores, guirlandas e fitas, somadas ao ato de visitar o túmulo, representavam um sinal tradicional de respeito e reverência à pessoa morta, mesmo após findado o processo do luto²¹ (KURTZ; BOARDMAN, 1971, p. 147-148). Furtar ou danificar tais oferendas não só interfeririam nesse processo, mas caracterizariam um indício de desrespeito para com os mortos e suas famílias, cujo esforço para resguardar essa tradição simboliza também a vontade de preservar a visitaçã ao túmulo e a memória da pessoa morta.

Fragmentos do universo simbólico no qual se insere o espaço cemiterial também foram representados por Costa em outra ocasião, já que a proposta para o Campo da Esperança não foi a única relacionada a esse tipo

¹⁹ Entendida como o cumprimento de leis, regras, princípios éticos e morais.

²⁰ Cultura é pensada aqui, de modo geral, como um complexo que envolve crenças, costumes e hábitos que definem um indivíduo como membro de uma comunidade.

²¹ *"The end of mourning did not, however, mark the end of the family's responsibility to its departed. The annual commemorative rites, if we may judge from the number of times they are mentioned in Classical literature, were even more important than ta trita and ta enata. [...]. There were probably visits to the tomb, offerings of flowers, garlands and ribbons – traditional signs of respect and reverence."*



de arquitetura com o qual ele esteve envolvido: segundo Maria Elisa Costa (1934-), filha do arquiteto, ele pode ter elaborado um estudo para a sepultura do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), primeiro diretor-geral do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que, em dezembro de 1930, o havia indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Nesse estudo são verificados, além da presença da vegetação e do símbolo da cruz cristã, o uso de formas geométricas simplificadas característico da produção arquitetônica de Costa, que amiúde abandona referências aparentes do passado imediato. Como rejeitar o passado, no entanto, tratando-se de uma arquitetura que pretende eternizar a memória de um indivíduo? Acaso jaza aí a possível impossibilidade de situar o cemitério no movimento moderno da arquitetura.

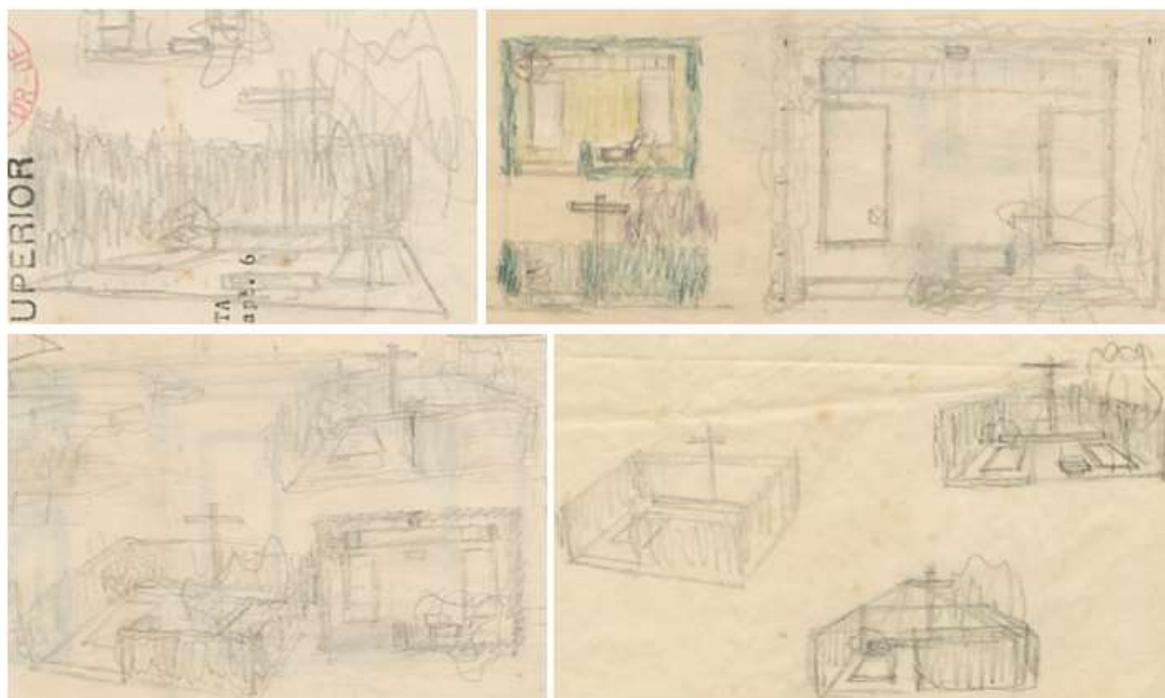


Figura 10. Estudo de Lucio Costa para o agenciamento paisagístico da sepultura de, provavelmente, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Fonte: Instituto Antônio Carlos Jobim, 2021. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2540>>. Acesso em: 13 maio 2021.

Como narra o historiador Diego Finder Machado (2011, p. 3-4), Costa também esteve envolvido com a questão da preservação do Cemitério Protestante de Joinville-SC, atual Cemitério do Imigrante, tombado pelo Governo Federal como Patrimônio Histórico e Paisagístico em 1962. À época, o arquiteto trabalhava para o órgão público então denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e foi designado para apresentar um parecer acerca do tombamento desse cemitério, cujas fotografias serviram de base para que ele registrasse que

O sentido histórico da fundação da antiga colônia Dona Francisca e o alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica, justificam



[...] a inscrição do antigo cemitério fundado pelo pastor Hoffmann no Livro Tombo Histórico, uma vez que se conserve o aspecto agreste e se não mutilem as árvores a pretexto de zelar pela proteção das sepulturas, pois essa impressão de cultivado abandono, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar. (COSTA apud PESSOA, 2004, apud MACHADO, 2011, p. 4).

Os aspectos da paisagem natural do cemitério, resumidos na impressão de “cultivado abandono”, conferiam-lhe uma identidade típica, sendo por isso importante preservá-los. A valorização do caráter romântico mencionado por Costa reforça a relevância das impressões desencadeadas a partir da contemplação da paisagem cemiterial; esta, inseparável daquela que caracteriza a paisagem cultural, permite o reconhecimento do sentido histórico não só do Cemitério do Imigrante – a mais antiga construção de Joinville –, mas do Campo da Esperança, que, apesar de ter sido construído no século seguinte, compartilha com aquele a linhagem moderna, o caráter introspectivo, o silêncio sepulcral. São arquiteturas que abrigam o acontecimento derradeiro do ciclo vital humano, paisagens que refletem a cultura e espaços que preservam a memória, a história e o passado e, portanto, devem ser preservados.

Referências

ARIÈS, Philippe. [1977]. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BIRNBAUM, Charles A. Preservation Briefs, 36: Protecting Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes. **Technical Preservation Services**, 1994. Disponível em: <<https://www.nps.gov/tps/how-to-preserve/preservedocs/preservation-briefs/36Preserve-Brief-Landscapes.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2021.

CARLOS, Rute Alexandra. **A Ville Verte de Le Corbusier como sistema: uma perspectiva centrada no parque**. 2013. Tese (Doutoramento em Arquitetura – Cidade e Território) – Escola de Arquitetura, Arte e Design, Universidade do Minho, Braga, 2013.

CEMITÉRIO de Brasília será entregue dia 12. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n. 107, p. 6, 24 ago. 1960.

CERTEAU, Michel de. [1984]. Spatial Stories. In: CERTEAU, Michel de. **The Practice of Everyday Life**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1988. p. 115-130.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP. **Brasília**: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ano 3, n. 25, 1959.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução CONAMA n° 335, de 3 de abril de 2003. Dispõe sobre o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 101, p. 98-99, 28 maio de 2003.

COSTA, Lucio. [1957]. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

FINADOS: arcebispo vai rezar missa dos mortos de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n. 164, p. 1-6, 2 nov. 1960.



FOUCAULT, Michel. [1984]. De espaços outros. **Estudos avançados**, vol. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FOWLER, P. J. **World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003.

FREUD, Sigmund. [1917]. Trauer und Melancholie. In: FREUD, Sigmund. **Gesammelte Werke: Werke aus den Jahren, 1913-1917**. London: Imago, 1946, p. 428-446.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP, 52. Anexo à Proposta de Minuta PLC PPCUB, de 2017, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências. **Lex**: Proposta de Minuta de Lei. ed. Brasília, DF: Projeto de Lei Minuta PLC. Disponível em: <http://www.segeth.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/ap9_up1_cemiteriocampodaesperanca.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 40.569, de 27 de março de 2020. Regulamenta a prestação de serviços de cemitério de que trata a Lei n. 2.424, de 13 de julho de 1999, e revoga o Decreto n. 20.502, de 16 de agosto de 1999, que "Regulamenta a Lei n. 2.424, de 13 de julho de 1999, que dispõe sobre a construção, o funcionamento, a utilização, a administração, a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal". **Diário Oficial do Distrito Federal**: Brasília, DF, 27 mar. 2020. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/8903927950854f5bbb3771f3faa7fe8c/Decreto_40569_27_03_2020.html>. Acesso em: 18 maio 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek. **Secretaria de Economia do Distrito Federal**, 2021. Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=1324>. Acesso em: 10 maio 2021.

JEAN, Yvonne. Le Corbusier não quis cemitérios na Cidade Resplandecente. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 1891, 3 ago. 1966. Esquina de Brasília, p. 2.

JUSCELINO Kubitschek dá o nome de Campo da Esperança ao cemitério de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n. 165, p. 6, 4 nov. 1960.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

KURTZ, Donna C.; BOARDMAN, John. **Greek burial customs**. London: Thames and Hudson, 1971.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá, 1999.

MACHADO, Diego Finder. Retóricas do abandono: indícios de experiências urbanas em uma cidade contemporânea. In: Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. *Online*.

MELLO, Eduardo Kneese de; OLIVEIRA, Sidney de. Cemitério Vila Paulicéia. **Acrópole**, São Paulo, n. 365, ano 31, p. 24-5, set. 1969.

MINDLIN, Henrique Ephim. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro: Colibris Editora; Amsterdam: Beulingstraat, 1956.

PESSOA, José (Org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.



ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono**: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e da arte. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ROCHARD, Jules. Préface. *In*: ROCHARD, Jules (Org.). **Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique, Tome premier**. Paris: Lecrosnier et Babe Libraires Éditeurs, 1890. p. 1-18.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SILVA, Leonardo Oliveira. Espaços da morte no Distrito Federal (2008-2018): um estudo comparativo. *In*: CASTRO, Elisiana Trilha; SANTOS, Alcinea Rodrigues dos; PINTO, Paulo Renato Tot; SANTOS, Juliana Mohr dos; BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Orgs.). **Cemitérios: gestão, culturas e religiosidades**. Porto Alegre: ISCMPA, 2019. p. 497-526.

The Cultural Landscape Foundation – TCLF. About TCLF. **The Cultural Landscape Foundation**, 2021. Disponível em: <<https://tclf.org/about-tclf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

TINEM, Nelci. Desafios da Preservação da arquitetura moderna: o caso da Paraíba. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 8, n. 2, p. 37-63, 2009.

TÚMULO a Sayão. **Correio Braziliense**, Brasília, ano CLII, n. 187, p. 3, 2 dez. 1960.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/document/178167>>. Acesso em: 17 maio 2021.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.